



Artigo

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

Bloco 1

Entre estigmas e resistências: os corpos
femininos na experiência urbana

Gordofobia, Acessibilidade, Exclusão Social e Suas Consequências

Maria França

Movimento Vai Ter Gorda, Salvador/BA

Gordofobia, Acessibilidade, Exclusão Social e Suas Consequências

Resumo:

O texto é a transcrição da fala da autora na Mesa Os Corpos Femininos e a Rua do Colóquio Cidades Sexuadas. Maria França reflete sobre as dificuldades que corpos com dimensões fora do padrão social passam no cotidiano da cidade de Salvador e expõe o movimento de articulação de mulheres *plus size* na reivindicação por reconhecimento e direitos sociais.

Palavras-chave: Corpos fora do padrão; Acessibilidade, Movimento Vai Ter Gorda.

Gordofobia, Accesibilidad, Exclusión Social y Sus Consecuencias

Resumen:

El texto es la transcripción de la charla de la autora en la Mesa "Los Cuerpos Femeninos y la Calle" del Coloquio Cidades Sexuadas. María França reflexiona sobre las dificultades que atraviesan los cuerpos con dimensiones fuera del estándar social en la vida cotidiana de la ciudad de Salvador, y expone el movimiento de articulación de mujeres "plus size" en la reivindicación por reconocimiento y derechos sociales.

Palabras clave: Cuerpos fuera del estándar; Accesibilidad; Movimiento "Vai Ter Gorda".

Fatphobia, Accessibility, Social Exclusion, and Their Consequences

Abstract:

The text is a transcription of the author's speech at the panel "Female Bodies and the Street" from the Gendered Cities Colloquium. Maria França reflects on the difficulties faced by bodies of dimensions outside the social standard in the daily life of the city of Salvador and exposes the organizing movement of plus-size women in the struggle for recognition and social rights.

Keywords: Non-standard bodies; Accessibility; "Vai Ter Gorda" Movement.

Boa tarde. O movimento *Vai Ter Gorda* surgiu em 2016 com a necessidade de combater a gordofobia, aumentar a autoestima das mulheres gordas e quebrar os padrões de beleza impostos pela sociedade como um todo. Nossa atuação tem foco maior no contexto brasileiro, sobretudo aqui em Salvador, uma das cidades pioneiras no debate sobre a gordofobia. Eu também irei desenvolver a minha fala aqui por meio da interseccionalidade, já que eu mesma sou mulher preta, gorda, nordestina, periférica e candomblecista.

Eu gosto de iniciar falando sobre todas essas especificidades, porque isso ajuda a ilustrar como este conjunto de fatores é capaz de concentrar vários tipos de violência em uma única pessoa, em um único corpo. Às vezes eu nem sei por onde começar a falar, já que são muitos problemas e muitas coisas para serem acertadas. Bom, mas vamos lá.

Em primeiro lugar, nós do movimento *Vai Ter Gorda* temos como uma das nossas lutas mais importantes a questão da acessibilidade para diferentes tipos de corpos. No Brasil, ainda há uma grande ignorância por parte dos nossos parlamentares quanto à acessibilidade, sobretudo no que se refere ao corpo gordo.

Quando falamos de acessibilidade do corpo gordo, estamos falando da relação dos nossos corpos com as catracas dos transportes públicos, com os tensiômetros nos hospitais que não cabem os nossos corpos. Estamos falando dos assentos nos espaços públicos (praças, parques e jardins públicos) e em equipamentos de uso público (escolas, hospitais, universidades públicas), que não nos contemplam e causam constrangimentos diariamente; ou seja, são inúmeras situações que ocorrem, mas são sempre invisibilizadas.

Nosso primeiro protesto começou no dia 10 de janeiro de 2016 no Porto da Barra, quando convocamos várias mulheres gordas para comparecer vestidas de biquíni, maiô, para mostrar para a sociedade que nós também queremos ser vistas, temos humanidade e possuímos nossas necessidades e especificidades dentro das cidades e, principalmente, nas ruas.

O que quero ilustrar é que, de forma geral, a arquitetura da cidade não nos contempla. Por exemplo, quando falamos de mobilidade urbana o primeiro problema surge com o acesso aos degraus dos coletivos públicos em relação à calçada. Muitas vezes há uma grande diferença de nivelamento entre a calçada e o degrau de subida/descida do transporte público e que impacta, não apenas corpos gordos, mas também outras pessoas de mobilidade reduzida como idosos, pessoas gestantes, baixa visão, além de pessoas com deficiência.

Esse exemplo reflete um grave problema ainda presente no planejamento urbano brasileiro: a ausência de reflexão sobre as especificidades de diferentes grupos sociais, o que resulta no impedimento de determinados corpos acessarem ao sistema de mobilidade urbana. Essa situação, por sua vez, gera um ciclo de exclusões cotidianas do direito à cidade para esses indivíduos, que acabam invisibilizados e privados de outros direitos. Além disso, trata-se do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, onde não é possível que todos possuam um veículo próprio ou consigam arcar com os custos de um transporte por aplicativo (como o Uber, por exemplo). Inclusive, mesmo nesses transportes privados, nossos corpos continuam sendo alvo de violências.

Um exemplo que trago é o de uma integrante do nosso movimento que solicitou uma corrida por aplicativo, mas o motorista passou direto por ela. Ao ligar para questionar o ocorrido e perguntar por que não havia parado para o embarque, recebeu como resposta que ele se recusara a seguir com a viagem porque a passageira estava muito acima do peso. Como se uma única pessoa gorda fosse capaz de danificar o carro ao longo do trajeto.

Então, a partir dessas violências, tivemos a ideia de organizar um protesto para chamar a atenção de diferentes formas de mídia. Nosso intuito era publicizar essas denúncias e ampliar o debate sobre a invisibilização das nossas necessidades e de nossos corpos, até mesmo porque esse tipo de violência precisa ser evidenciado e combatido. Do contrário, a sociedade continuará a normalizá-la e a reproduzir esses processos de apagamento desses corpos nos espaços da cidade.

Neste caso específico, a passageira estava contratando um serviço, iria pagar pela corrida no aplicativo e, ainda assim, foi impedida de utilizar o serviço. Nós solicitamos formalmente um esclarecimento da plataforma Uber sobre a situação e o responsável pelo aplicativo teve que vir a público se redimir, também foi obrigado a aplicar uma punição ao motorista de aplicativo que praticou este ato de violência contra nossa colega de movimento.

Além desse caso, posso mencionar diversas outras situações desse tipo, como por exemplo, a redução das catracas. Não sei se vocês perceberam, mas quem utiliza ônibus para se deslocar deve ter notado que as catracas tiveram suas dimensões reduzidas. As empresas de ônibus alegam que foi necessário reduzir para impedir que pessoas forçassem sua passagem pela catraca sem pagar. Mas não pensaram em nós, mulheres gordas, que além do sobrepeso, muitas vezes nos deslocamos com bolsas, sacolas, com nossos filhos, com compras de mercado, o que dificulta muito a nossa mobilidade pela

cidade. Nós sofremos muito constrangimento porque toda essa situação acaba também chamando a atenção dos outros passageiros.

Além disso, há casos em que nos sentimos constrangidas de utilizar o assento prioritário, aquele anterior à catraca do ônibus. Apesar de ter direito à utilização destes assentos, temos também de competir, muitas vezes, com gestantes, idosos e pessoas com deficiência. Além disso, acaba que só há poucos assentos prioritários e muitas meninas do nosso movimento acabam comentando que, por não sentirem que seus direitos são reconhecidos como outros grupos vulneráveis, com necessidades e mobilidade reduzida acabam realizando todo o trajeto em pé, em sofrimento e desconforto.

Diante dessa situação, nós do movimento Vai Ter Gorda, chegamos a um determinado parlamentar e pedimos ajuda para a elaboração de um Projeto de Lei para conceder uma melhor acessibilidade para as mulheres gordas. O intuito era permitir, por exemplo, que nós pudéssemos acessar/subir pelo fundo do veículo, sendo mantido, obviamente, o pagamento da passagem do ônibus.

E o que foi que ocorreu? Todos os vereadores da câmara aprovaram o Projeto de Lei, contudo, o prefeito em exercício na cidade de Salvador se recusou a sancionar a lei. O número do Projeto de Lei é 308/19; ou seja, foi iniciado em 2019 e, já em 2022, nada mais aconteceu. É importante mencionar que projetos semelhantes a este já foram implementados em outras cidades brasileiras, a exemplo de Recife, Natal e Santos. Cidades que começaram a discussão após Salvador, mas que já estão muito mais avançadas na apresentação de ações concretas para ajudar a reduzir as desigualdades em termos de mobilidade urbana para pessoas gordas.

Outra contribuição importante do nosso movimento foi o Dia da Pessoa Gorda, um dia dedicado ao combate à gordofobia. Ele foi criado através de uma colaboração entre o movimento Vai Ter Gorda e de parlamentares da Câmara de Vereadores de Salvador, e acabamos elegendo o dia oficial, o 10 de setembro. Neste mês (setembro), nós estamos, inclusive, trabalhando com vários eventos, estamos correndo atrás de várias coisas. Já fizemos um evento por nossa própria conta e no dia 30 de setembro (2022), iremos fazer um outro evento lançando um projeto intitulado de Toalha para Todes.

O lançamento do projeto vai acontecer no Espaço Cultural da Câmara de Vereadores de Salvador no dia 30 de setembro, a partir das 17:00h. O lançamento desse projeto irá marcar o encerramento do ciclo de comemorações do dia do gordo e das ações de conscientização no combate à gordofobia que articulamos pela primeira vez neste mês.

Também queremos, com esse projeto, incentivar a melhoria da relação do corpo gordo com espaços livres, como a praia. Inclusive, a moda praia, praticamente não existia para nossos corpos. O que ocorria antes era que tínhamos que procurar alguma costureira que aceitasse nos atender e encomendar peças específicas de traje de banho para o nosso tamanho. Entretanto, nosso movimento fez uma parceria com uma modista e ela começou a trabalhar nos moldes e tamanhos maiores ideais para os nossos corpos. A partir disso, apresentamos uma coleção de moda praia com essas novas peças, desenhadas para nossos corpos, em nossos eventos/encontros, por meio de desfiles.

Essa situação evidencia que nós, mulheres gordas, estamos por nossa própria conta na sociedade, uma vez que não representamos aquele ideal esperado de mulher: não estamos no padrão normativo de corpo feminino para estar trabalhando nas passarelas, sobretudo com moda praia. Então, nós mesmas vamos criando possibilidades de apresentar nossas mulheres gordas na passarela, como no caso da moda praia. Nós mesmas identificamos o problema: a falta de trajes de banho para nossos corpos, a lacuna existente no mercado da moda para corpos gordos, a falta de representatividade nas passarelas, e fomos atrás da solução por meio da construção de parcerias, financiamentos e oportunidades.

Esse ativismo é importante até mesmo porque é capaz de abrir espaço para que outras empresas, outras modistas, comecem a perceber que existe outro mercado possível de pessoas historicamente invisibilizadas pela indústria da moda. No nosso caso, as modistas de Salvador identificaram que podiam aumentar seus moldes e o tamanho das suas peças para atender aos nossos padrões. Porque sim, nós temos o nosso próprio padrão, nosso corpo. Não somos obrigadas a nos sujeitar a uma cirurgia bariátrica para nos encaixar na sociedade ou nos padrões estéticos da sociedade.

Inclusive, até possuo uma amiga que recentemente passou pela cirurgia bariátrica e ela não me comunicou. Ela até me falou que iria fazer uma cirurgia, mas eu nem me atrevi a perguntar qual seria o tipo de cirurgia, porque percebi que ela criou várias manobras para não me dizer. Provavelmente porque ela sabe do meu posicionamento político sobre a utilização indiscriminada dessa cirurgia e ficou com receio que eu tentasse dissuadi-la a não realizar o procedimento cirúrgico. Eu acredito que a cobrança estética da nossa sociedade violenta tanto, cobra tanto, que a pessoa realmente acaba caindo nessa cilada, cai nessa tentação de se submeter a uma cirurgia, sendo que ela não estava com nenhum tipo de comorbidade que ameaçasse a saúde.

Porque, quando a pessoa tem algum tipo de comorbidade que ameaça a sua saúde e seu bem-estar, aí são outros quinhentos. Mas precisamos pensar que esse tipo de recurso (a cirurgia de redução de estômago) deveria ser encarado como uma última alternativa e não para fins estéticos. Assim, essa amiga comunicou aos amigos que realizou o procedimento recentemente, mencionou também que estava com febre e que não estava se sentindo nada bem. Na verdade, ela quase morreu durante a cirurgia, mas sobreviveu. É importante destacar que tudo isso ocorreu e que ela nem estava com o peso indicado para realizar esse tipo de procedimento.

E aí eu questiono: como se criou uma fábrica para fazer cirurgias bariátricas? A partir de quando se criou essa necessidade? De onde vem a necessidade de a pessoa ter que tomar constantemente algum tipo de medicamento para emagrecer, fazer vários sacrifícios e passar fome para poder agradar aos outros? Porque, às vezes, você se olha no espelho e nem se vê com essa necessidade de emagrecer, mas a cobrança vem da sociedade, do outro, do mercado de trabalho, da família etc.

Por exemplo, eu nunca vi uma mulher gorda trabalhando nos aeroportos como comissária de bordo, como aeromoça. Eu nunca vi uma mulher gorda e preta trabalhando ali, na linha de frente das empresas de turismo. Eu nunca vi. Inclusive, para mim, foi um desafio ter feito esse bacharelado (em Turismo) e depois ter feito uma especialização. Fiz porque sei que posso contribuir bastante nesse setor. Escolhi ser turismóloga, ser especialista em turismo e interpretação do patrimônio, escolhi também ter esse contato com o público, com a comunidade para poder exercer esse ofício e estar na linha de frente, mostrando que, como mulher preta e gorda, também sou capaz.

Só que é o sistema que vai dizer até onde você vai. É um sistema que diz: “olha, você estudou, mas você vai até aqui, você não vai avançar”. E se formos refletir a partir da lente da interseccionalidade, ou seja, a partir do ponto de vista da mulher, preta, periférica, dona deste corpo gordo é necessário pavimentar um outro caminho, muito mais difícil e tortuoso do que uma pessoa branca, de classe média, com o corpo aceito como ideal dentro desse sistema de “padrões estéticos”.

Até porque, por mais que você se vista bem, que esteja usando uma roupa de grife, incorporando todas as regras de etiqueta do mundo corporativo, a sua classe social e a cor da sua pele você não pode tirar. Não é possível vestir outra por cima, você já nasceu assim. Além disso, um outro pensamento muito comum e igualmente nocivo é quando as pessoas dizem: “Ah, você é gorda porque você quer, você deveria emagrecer, você tem um rosto bonito”. Cobranças que eu considero fúteis, porque se a saúde da pessoa está boa, se ela está se sentindo bem, não está com nenhum transtorno físico

nem psicológico, por que então continuar reproduzindo esse discurso? O que isso ilustra é que vivemos em uma sociedade que insiste em hierarquizar corpos, definindo quais merecem respeito e quais devem ser constantemente vigiados, corrigidos ou diminuídos. Essa lógica não apenas violenta individualmente, mas também reforça estruturas sociais que naturalizam a exclusão e tornam invisíveis aqueles que não se enquadram nos padrões hegemônicos.

Além de tudo o que já mencionei até agora, e ainda dentro dessa lente da interseccionalidade que nos atravessa constantemente no contexto brasileiro, ainda preciso pontuar sobre a realidade das mulheres gordas, periféricas e nordestinas. Porque nós ainda perdemos muitas oportunidades por sermos nordestinas, já que as coisas geralmente acontecem nesse eixo sudeste-sul e as mulheres nordestinas são invisibilizadas em ações, projetos e iniciativas. Um exemplo, foi a oportunidade concedida para Jojo Toddyinho representar o Brasil na Semana de Moda de Paris, mas essas oportunidades não chegam para todas.

Recentemente, até temos visto algum tipo de avanço, como, por exemplo, meninas gordas participando do São Paulo Fashion Week. Mesmo assim, nosso compromisso tem sido o de iniciar as discussões, abrir frentes de possibilidades, mesmo sabendo que não vamos usufruir, nesse momento, deste trabalho, mas sabemos que estamos plantando oportunidades para as outras meninas, sobretudo daqui do Nordeste, para poderem ter mais representatividade e oportunidades no futuro.

E assim vamos continuando nossa tarefa. Atualmente, uma delas tem sido articular apoio junto a deputados federais para a criação de um Projeto de Lei para tipificar a gordofobia como crime, já que se a gente não se impor dessa forma, as pessoas nunca vão nos respeitar. Na verdade, não queremos nos impor, o que apenas queremos é sermos aceitas nos espaços da cidade, com o respeito que nos é de direito. Temos direito de ocupar espaços, de usufruir de atividades de lazer, da vida cotidiana da cidade, mas não temos acesso só pelo fato de sermos mulheres gordas.

E mais do que isso, essa questão também é um sintoma de graves problemas sociais que possuímos. Inclusive, essas questões de mobilidade, direito à cidade, desigualdade social são inclusive analisadas e utilizadas pela ONU, através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Até porque, eles tratam a desigualdade como um problema social, coletivo e nosso movimento, é um movimento coletivo, possuímos uma luta que é coletiva, apenas tem sido cotidianamente invisibilizada.

São muitas questões que nos atravessam e que seguem sendo ignoradas. Para finalizar, por exemplo, eu trago o mais recente problema do isolamento social durante a pandemia, que levou ao adoecimento psicológico de várias mulheres e à deterioração da saúde delas e ao aumento dos abusos físicos e mentais. Logo após a pandemia, esses corpos já fragilizados, continuaram sendo vítimas de violências e de constrangimentos no espaço público. São coisas que percebemos desde a dificuldade de acesso à mobilidade como já mencionei previamente, mas até mesmo através de olhares, julgamentos, de ataques verbais no espaço público. É esse o tipo de violência que nós estamos constantemente sofrendo e que precisamos combater.

Recebido em: 09/01/2025

Aceito em: 30/05/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v15i0.74460

Como citar: FRANÇA, Maria. Gordofobia, Acessibilidade, Exclusão Social e suas Consequências. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 15, n. 1, p. 62-71, 2026.



FAUFBA



**PPG-AU
FAUFBA**

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL